

# CONTROLE EM FOCO REVISTA DO MPC-MG

Belo Horizonte | v. 4 | n. 7 | jan./jun. 2024

## ■ Edição Especial sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Comissão de Estudos sobre Licitações Públicas  
do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA)



*CONTROLE*  
**EM FOCO**  
**REVISTA DO MPC-MG**

## CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Junho Anastasia

Daniela Mello Coelho Haikal

Denilson Feitoza Pacheco

Edilson Vitorelli Diniz Lima

Élida Graziane Pinto

Elke Andrade Soares de Moura

Jamile Bergamaschine Mata Diz

José Maurício Conti

Juarez Freitas

Luís Carlos Balbino Gambogi

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Maria Coeli Simões Pires

Maria Tereza Fonseca Dias

Marilda de Paula Silveira

Sebastião Helvecio Ramos de Castro

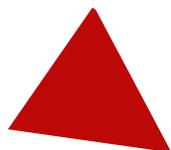
## FICHA CATALOGRÁFICA

Controle em Foco: Revista do MPC-MG.

Ano 4, n. 7 (jan./jun. 2024). Belo Horizonte: Ministério Público de Contas de Minas Gerais, 2024.

Periodicidade semestral (2024).

ISSN online: 2966-0173



# EDITORIAL

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133) está em vigor desde 1º de abril de 2021, mas apenas com a revogação das leis anteriores que compunham o conjunto normativo sobre contratações públicas (Lei n. 8.666/1993, n. 10.520/2002 e n. 12.462/2011), ocorrida em 30 de dezembro de 2023, passou a ser utilizada pelos entes federativos em sua inteireza.

A nova lei, de caráter nacional, embora não represente mudanças bruscas no paradigma das compras públicas, trouxe vários avanços legislativos ao prestigiar o planejamento, a governança e a transparência. Esses elementos se relacionam entre si e formam um arcabouço normativo apto a viabilizar que o processo de contratação pública se desenvolva de maneira racional, íntegra e eficiente.

As licitações e as contratações públicas sempre foram objeto de estudos por parte da doutrina, os quais foram bastante intensificados com a publicação do novo marco legal. A comissão editorial da revista do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, atenta às mudanças que impactam diretamente o dia a dia da administração pública e, via de consequência, o controle, decidiu fazer do sétimo número do periódico uma edição especial a respeito da nova lei de licitações, em parceria com a Comissão de Estudos sobre Licitações Públicas do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), com objetivo de contribuir para as discussões a respeito da nova lei, difundir conhecimento especializado e promover a capacitação dos seus leitores.

Assim, membros da referida comissão, da qual fazem parte a procuradora do MPC-MG, Cristina Andrade Melo, editora-chefe da revista **Controle em Foco**, e a professora Karina Harb, que preside a referida comissão, além de Carolina Zancaner Zockun, Flávio Garcia Cabral, Gabriela Pércio, Fábio de Souza Santos e Carlos Henrique Nitão, assinam os artigos que compõem esta edição especial, alguns deles em coautoria com outros estudiosos do tema.

Esperando contribuir para o debate público e para a construção de doutrina a respeito do novo marco legal de contratações públicas no nosso país, desejamos a todos uma ótima leitura!

Marcílio Barenco Corrêa de Mello  
Procurador-Geral do MPC-MG

Cristina Andrade Melo  
Procuradora do MPC-MG

Editora da revista *Controle em Foco*: Revista do MPC-MG

# CORPO EDITORIAL

## **EDITORA-CHEFE**

Cristina Andrade Melo

## **COMISSÃO EDITORIAL**

Ana Carolina de Souza e Silva

Maria Tereza Fonseca Dias

Izabella Cunha Velloso

Nara Marques de Oliveria Mattar

## **REVISÃO**

Lílian de Oliveira

## **COLABORADORES**

André Augusto Costa Zocrato

André Luiz de Oliveira Junior

Bruna Gontijo Pellegrino

Giovana Almeida

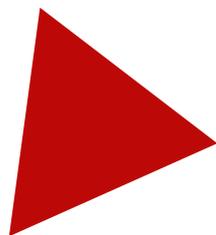
Vivian de Paula

## **DESIGNER**

Lívia Maria Barbosa Salgado

## **SUORTE TI**

Juan Karlos Freitas Diniz



# SUMÁRIO

## ARTIGOS CIENTÍFICOS

**Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro** | Uma proposta de *e-marketplace* para o regime geral de contratações públicas | **PÁGINA 8**

**Carolina Zancaner Zockun** | **Renata Melo Pacheco** | A Lei n. 14.133/2021 e a gestão patrimonial e desfazimento de bens móveis inservíveis no âmbito da Administração Pública Federal | **PÁGINA 19**

**Cristina Andrade Melo** | Aspectos relevantes da dispensa de pequeno valor na nova lei de licitações | **PÁGINA 40**

**Fábio de Sousa Santos** | **Fernando Nunes Madeira** | **Maxwel Mota de Andrade** | Governança das contratações públicas no Governo Digital | **PÁGINA 56**

**Flávio Garcia Cabral** | A necessária fase preparatória da contratação direta na Lei n. 14.133/2021 | **PÁGINA 70**

**Gabriela Verona Pércio** | **Christianne de Carvalho Stroppa** | Indicação de marca ou modelo e vedação de marca ou produto na contratação de bens pela Administração Pública | **PÁGINA 84**

**Karina Houat Harb** | **Valdir Godoi Buqui Netto** | Regime de nulidades e interesse público na LLCA: evolução e ressignificação | **PÁGINA 97**